

Técnicos Superiores, Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais

SINTAP quer revisão das carreiras gerais com efeitos a janeiro de 2027

Depois de, em maio passado, no âmbito do Acordo Plurianual de Valorização dos Trabalhadores da Administração Pública, ter-se realizado uma primeira reunião com vista à reavaliação, reestruturação e valorização das carreiras gerais, iniciando a análise e avaliação dos conteúdos funcionais das carreiras gerais da Administração Pública (Técnicos Superiores, Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais), e tendo o Governo assumido o compromisso de marcar nova reunião sobre a matéria, eis que, em finais de setembro, e sem qualquer nova reunião realizada ou agendada, pode dizer-se que o processo de revisão das carreiras gerais estagnou.

É grande o descontentamento no seio dos cerca de 350 mil trabalhadores das carreiras gerais (aproximadamente metade do total da Administração Pública), que sentem, cada vez mais, que são os “patinhos feios” do serviço público, injustiçados e desvalorizados, uma vez que, nos últimos anos, têm assistido a diversos processos negociais com vista à revisão das mais diversas carreiras especiais, enquanto eles, que desempenham funções essenciais e com impacto na vida de todos os cidadãos, vão ficando para trás, tratados como trabalhadores de segunda.

Este é um processo que deve desenrolar-se imperativamente até ao final do ano, não só pela necessidade urgente de recuperar o poder de compra dos trabalhadores, visivelmente degradado, sobretudo, ao longo do último ano, mas também pela necessidade, não menos urgente, de combater as dificuldades de recrutamento de trabalhadores para as carreiras gerais com que se deparam todos os setores da Administração Pública, de modo a evitar que os concursos de admissão de pessoal fiquem desertos, como acontece com frequência.

É também uma medida que visa, além de valorizar todos os trabalhadores das carreiras gerais, proceder à eventual criação de carreiras especiais em setores e funções que o **SINTAP** vem defendendo há muito que o justificam, nomeadamente na educação, na saúde, nas autarquias, na justiça, entre outros.

Através desta valorização, que deverá já estar prevista no Orçamento do Estado para 2027, procurar-se-á avançar para um paradigma que encara os trabalhadores como fator estratégico para elevar a capacidade de resposta dos serviços públicos, pretendendo corrigir injustiças e ter uma Administração Pública mais capaz, mais competente, mais motivada e com carreiras mais atrativas.

O **SINTAP** exige, por isso, uma resposta rápida e consequente do Governo sobre esta matéria, no sentido de que os efeitos desta revisão possam fazer-se sentir já em janeiro de 2027, sob pena de se agravar a situação de crispação e conflito que tem vindo a crescer nos mais diversos serviços, e que poderá motivar protestos e lutas setoriais.

Lisboa, 24 de setembro de 2026